



As controvérsias sobre a política macroeconômica brasileira na década de 1930

Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas

Aluno: Rafael Gava de Souza, Orientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos

E-mails: rgavadesouza@yahoo.com.br, ppzbastos@gmail.com

Pibic/CNPq

Palavras-Chave: Era Vargas – Revolução de 1930 – Desenvolvimentismo



Introdução

O projeto busca compreender a reorientação da gestão econômica ocorrida na década de 1930, enfatizando os nexos entre política e economia. A hipótese básica é que havia consciência a respeito da necessidade de mudar os rumos da política econômica em meio à crise econômica mundial, mas que a reorientação foi inicialmente hesitante, em razão da necessidade de contemporizar a expansão do gasto público e do crédito com a opinião austera dos credores externos, que condicionavam a rolagem de débitos externos à realização de um programa de ajuste ortodoxo. A pesquisa pretendeu dar densidade empírica, e realizar qualificações necessárias a esta hipótese. Além disso, estudou-se a nova relação entre Estado, economia e sociedade, que emergiu nos anos 1930.

Metodologia

Como metodologia, preconizou-se: leitura da bibliografia selecionada; resenha dos principais argumentos; consulta de documentos microfilmados (AEL- UNICAMP e CPDOC-FGV) que indicam a percepção dos gestores da política econômica a respeito das restrições e pressões que experimentavam, e dos objetivos que perseguiram.

Resultados e Discussão

A crise de 1929 e a Revolução de 1930 são dois episódios históricos que marcam definitivamente os rumos da história brasileira. O primeiro, uma crise estrutural do próprio sistema de integração econômica internacional, caracterizado desde meados do século XIX pela livre conversibilidade cambial e pelo liberalismo financeiro, fez com que a economia mundial se orientasse para a fragmentação em blocos e para a administração estatal das relações econômicas internacionais, assim como da gestão de sistemas econômicos nacionais, com contração brusca e duradoura dos fluxos de financiamento e comércio internacional. Dessa forma, o poder disciplinador dos credores externos sobre os governos tornou-se enfraquecido, de modo que se abriu espaço para que diferentes governos ensaiassem formas heterodoxas de encaminhamento da crise econômica. A Revolução de 1930, por sua vez, permitiu a ascensão de novos grupos sociais ao poder, e acabou por modificar as relações entre classes e frações de classe, e entre Estado e economia, ajudando a redefinir a via de desenvolvimento capitalista no Brasil em direção ao mercado interno, à integração regional, à industrialização e à sociedade urbana de massas.

É no contexto destas transformações estruturais que as mudanças nas formas de gestão macroeconômica verificadas nos anos 1930 ganham sentido. Gradualmente, a política econômica passaria a corresponder às necessidades de consolidação de um novo bloco no poder e de uma nova estratégia de desenvolvimento que excluiria os antigos credores externos e subordinaria velhas oligarquias exportadoras (Bastos, 2010; Bernardi, 2007). No novo contexto histórico, não caberia mais uma política econômica que procurava superar as crises de uma velha estratégia de desenvolvimento pautada em exportações de bens primários e importação de bens manufaturados e capitais, buscando recuperar a credibilidade financeira do país à custa de políticas pró-cíclicas, que aprofundavam a crise do mercado interno para gerar superávits comerciais que aumentassem a capacidade de pagamento de passivos externos.

A própria crise financeira internacional e a notável queda das exportações inviabilizavam a sucessão de *funding loans* como meio de saída da crise, abrindo espaço para a experimentação de novas políticas de crédito que, de certo modo, eram inspiradas em políticas de desenvolvimento econômico já executadas no Rio Grande do Sul (Fonseca, 2004). As transformações do aparelho de Estado que acompanhavam a consolidação de um novo bloco político e da nova estratégia de desenvolvimento, por sua vez, trariam para dentro dos órgãos públicos novas tarefas e novas clientelas políticas que exigiam recursos que podiam, frequentemente, superar a capacidade de arrecadação tributária, induzindo a ocorrência de déficits financiados por emissões monetárias. Assim, a construção gradual de um novo padrão estrutural de interação entre Estado e economia se materializava tanto em novos aparelhos estatais, quanto em novos modos de conduzir a gestão econômica, ou seja, macroeconômica e setorialmente.

A pesquisa apontou que ao longo da década de 1930 três fatores impediram que se repetisse o padrão de resposta ortodoxa a crises cambiais e financeiras. São eles: (1) a crise mundial do liberalismo econômico; (2) a emergência de um governo sustentado em uma base política diferente da anterior, que sustentara o modelo de crescimento por meio de exportações e a solução ortodoxa de suas crises cíclicas; e (3) as ideias de Vargas acerca dos automatismos do padrão-ouro e sua defesa da intervenção estatal sobre o sistema de crédito.

Em primeiro lugar, cabe notar que o impacto da crise financeira global orientou a economia mundial para a fragmentação em blocos e para a administração estatal das relações econômicas internacionais, bem como a gestão de sistemas econômicos nacionais, contraindo de forma brusca e duradoura os fluxos de financiamento e comércio internacional. Neste sentido, enfraqueceu-se o poder disciplinador dos credores externos sobre os governos, abrindo espaço para ensaios de formas heterodoxas de encaminhamento da crise econômica.

Em segundo lugar, a crise econômica e o processo político conduzem à Revolução de 1930, que inaugura um novo governo aberto a um conjunto de solicitações novas, exigindo do Estado raios de manobra maiores do que aqueles permitidos pela ortodoxia econômica. Bastos (2010) assinala que desde o governo Epitácio Pessoa diferentes grupos regionais haviam se manifestado contra a ortodoxia, quando tramitou no Congresso projeto de lei que propunha a criação de institutos federais de defesa de diferentes produtos agrícolas. Tal projeto, inspirado na exitosa experiência de defesa do café ao longo da Primeira Guerra Mundial, propunha que recursos locais também fossem utilizados, de forma anticíclica, para apoiar outras culturas, requisitando implicitamente maior autonomia do orçamento federal e da gestão da moeda em relação às regras ortodoxas. Com efeito, é possível argumentar que o conflito regional na República Velha tinha como base a divisão entre a concentração da economia agroexportadora em São Paulo e o desenvolvimento de uma economia voltada ao mercado interno nos outros estados (Perissinotto, 1994).

Por fim, Vargas, como chefe de um governo revolucionário, não poderia se restringir a considerações doutrinárias e opiniões partidárias prévias, de modo a renegar a plataforma de defesa da policultura por razões ortodoxas ou abandonar a defesa do café, impactando o mercado interno. Neste sentido, eram necessárias novas políticas para encaminhar a crise econômica e consolidar um novo pacto político capaz de sustentar o governo. Neste contexto, as ideias heterodoxas de Vargas acerca da intervenção estatal sobre o sistema de crédito, implementadas no período em que foi presidente do Rio Grande do Sul, compunham um roteiro eficaz de ação. De fato, de acordo com Fonseca (1987; 2004), a ruptura de Vargas com a ortodoxia se iniciou quando foi presidente do Rio Grande do Sul. Neste período, Vargas atribuiu ao Estado um papel cada vez maior na economia, sendo responsável por incentivar as atividades produtivas, garantir infraestrutura e conceder crédito. Na prática, incentivou a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ocorrida em junho de 1928, incumbido de fomentar a agricultura, a indústria e o comércio.

Referências bibliográficas resumidas

BASTOS, Pedro Paulo Z. (2010). "Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930". Economia (Campinas), v. 9, p. 183-214, 2010.

BERNARDI, Lívia. (2007). *Ortodoxia econômica nas origens da Era Vargas: Continuidade ou ruptura?* UNICAMP, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra (1987). *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. (2004). "Do progresso ao desenvolvimentismo: Vargas na Primeira república". In: XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, João Pessoa, Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2004.

PERISSINOTTO, Renato M. (1994). *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Editora Unicamp, 1994.